



O processo de organização para o turismo nas comunidades ribeirinhas da Reserva Amanã, AM

The organizational process for tourism in the riverine communities of the Amanã Reserve, Amazonas, Brazil

Eduardo de Ávila Coelho¹
Bernardo Machado Gontijo²

RESUMO: O turismo de base comunitária é carregado de valores e princípios que se revelam positivos para os envolvidos. Por meio da organização comunitária para o turismo, é possível que as populações acessem caminhos para conquistar seus direitos, garantindo autonomia sobre seus territórios e modos de vida. No caso dos povos tradicionais da Amazônia, que desenvolveram modos específicos de uso e manejo do ambiente, um modelo de turismo construído de forma a valorizar sua cultura e sua relação com o ambiente, além de propiciar desenvolvimento social e econômico, pode fortalecer processos de luta por reconhecimento territorial e histórico. Na região do médio Solimões, no Amazonas, comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDS) Amanã planejam suas formas de organizar e desenvolver o turismo em seus territórios. O presente trabalho, que faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o TBC na RDS Amanã, tem como objetivo

1 Mestrado em Turismo e Meio Ambiente pelo Centro Universitário UNA. Graduação em Turismo pela Universidade FUMEC. Doutorado em andamento em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Servidor do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG). E-mail: edu.avilacoelho82@gmail.com

2 Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Mestrado em Latin American Studies pela Vanderbilt University. Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Instituto de Geociências da UFMG. E-mail: gontijob9@gmail.com

descrever a organização para o turismo nas comunidades do Lago Amanã, analisando as singularidades e os desafios encontrados. O processo de planejamento vem sendo acompanhado desde 2010, e os métodos de investigação valeram-se de estratégias de pesquisa de campo como a observação participante em estadia junto aos moradores, o apoio e acompanhamento de viagens com turistas, entrevistas com atores locais, além de consulta a bibliografia sobre os temas abordados. No recorte deste artigo, buscou-se debater os principais obstáculos para a organização do turismo comunitário, bem como as estratégias e possibilidades que a atividade pode oferecer para os povos ribeirinhos da Amazônia. Os moradores se mostram cada vez mais engajados e empoderados dos processos decisórios, ainda buscando definir o formato de turismo e os meios para alcançarem seus objetivos de maneira autônoma.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Amazônia; Reserva Amanã; Caboclos; Ribeirinhos.

ABSTRACT: Community-based tourism carries with it principles and values that can be positive for those involved. Through community organization for tourism, it is possible for the population to access ways to safeguard their rights, guaranteeing autonomy over their territory and way of life. In the case of the traditional peoples from Amazon, who have developed specific ways of using and managing the environment, a tourism model built in order to value their culture and their relationship with the environment, in addition to providing social and economic development, can strengthen processes of struggle for their territorial and historical recognition. In the Central Amazon, mid-Solimões river region, communities at the Amanã Sustainable Development Reserve (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDS Amanã) have created their own form of organization in order to develop tourism in their territories. The present paper, which is part of a broader research on Community-based tourism in Amanã Reserve, describes the organization for tourism in the communities of the Amanã Lake, analyzing the singularities and challenges encountered. The process has been followed since 2010, and the investigation made use of research methods, such as participant observation during stays with residents, support and monitoring of trips with tourists, interviews with local actors, in addition to consulting the bibliography on the topics covered. This paper seeks to debate the main challenges faced

in the organization of community-based tourism, as well as the strategies and possibilities the activity can offer to the riverside communities of rural Amazon. Residents are increasingly involved and empowered in decision-making processes, still seeking to define the format of tourism and the means to autonomously achieve their goals.

Key-words: Community-Based Tourism; Amazon; Amanã Reserve; Caboclos; Riverine People

1 INTRODUÇÃO

Populações tradicionais ao redor do mundo se envolvem cada vez mais com o turismo em suas comunidades (CARR; RUHANEN; WHITFORD, 2016). O turismo de base comunitária (TBC) é um modelo de viagem que prioriza o lugar, a identidade cultural e a conservação ambiental (ARAÚJO; GELBCKE, 2008) e apresenta uma proposta de desenvolvimento na escala local e centrado nos recursos das comunidades (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016), valorizando o saber técnico e as cosmologias particulares a cada comunidade (ALMEIDA; CASTRO, 2017). Por isso é tão necessário estudar a comunidade para compreender esse segmento de turismo (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009).

O TBC simboliza a resistência das populações locais às pressões mundiais do mercado turístico (BURGOS; MERTENS, 2015) e o seu desenvolvimento deve respeitar o tempo das comunidades, em um processo que pode ser lento, complexo, frágil e desafiador. Entende-se que as necessidades dos moradores devem ser consideradas, bem como os interesses múltiplos e difusos, além dos conflitos pré-existentes. A autonomia na tomada de decisões deve ser condição primordial para o início de qualquer projeto que se ouse verdadeiramente comunitário, visto que os princípios reguladores do TBC devem incorporar o planejamento participativo, pautado na autonomia das comunidades e na incorporação do saber comunitário, valorizando o diálogo e a partilha de saberes (ALMEIDA; CASTRO, 2017).

O turismo representa um elemento exógeno, novo, diferente e, muitas vezes, incompreensível, que passa a agir sobre os lugares e territórios já ocupados por uma multiplicidade de atores sociais. Em muitos casos, considera-se que a atividade é introduzida nas comunidades por fatores externos, por vezes pela própria chegada dos turistas, gerando nos habitantes a sensação de serem invadidos pelas massas turísticas (KRIPPENDORF, 2009). Quando se insere no contexto das áreas protegidas habitadas por populações tradicionais, torna-se ainda mais necessário um processo que seja de fato conduzido pelas comunidades, pois, como afirma Kiss (2004), o (eco) turismo de base comunitária é um importante mecanismo para apoiar a conservação da biodiversidade.

Iniciativas de TBC crescem em todo o Brasil, associados a espaços rurais e áreas protegidas onde vivem comunidades ditas tradicionais (BURGOS; MERTENS, 2015). Os povos e comunidades tradicionais são definidos como grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tal, e que possuem formas próprias de organização social, ocupando territórios e fazendo uso dos recursos naturais como condição para sua reprodução social (BRASIL, 2007). A proteção dos recursos naturais necessários à subsistência dessas populações está prevista em lei, que assegura as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos de vida dos povos que habitam as áreas protegidas (BRASIL, 2000).

Este é o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã, Amazonas, onde comunidades do Lago Amanã implementam diversas formas de manejo do ambiente e vêm construindo, há mais de uma década, suas propostas e

projetos para o turismo na região. O presente trabalho – que se iniciou como uma investigação sobre a viabilidade do TBC na referida Unidade de Conservação e segue como uma pesquisa de doutorado desenvolvida e orientada pelos autores do texto – analisa o processo de planejamento, apresentando as formas de organização local para o turismo conduzido por comunidades tradicionais. O processo de envolvimento e tomada de decisões já passou por diversas etapas e o objetivo é descrever este percurso histórico, acompanhado desde 2010, considerando também as peculiaridades e os desafios para a implementação da atividade.

Ao longo da trajetória de pesquisa, que apresentou diversas formas de atuação, utilizou-se estratégias de investigação de campo baseadas na observação participante, com longas estadias junto aos moradores, acompanhamento de viagens com turistas (COELHO; GONTIJO, 2021), entrevistas com os principais atores (COELHO *et al.*, 2012), intercâmbios, além de consulta a vasta bibliografia sobre turismo comunitário e sobre a região de estudo e suas populações. Buscou-se assim apreender sobre os modos de vida para então compreender as estratégias das comunidades para construir suas formas de organização para o turismo, bem como as possibilidades que a atividade oferece no contexto local e regional, sempre obedecendo as normas éticas de pesquisa e com o consentimento de todos os participantes.

O artigo se apresenta dividido em três partes, além desta introdução e da conclusão. Inicialmente discutiu-se a relação entre o turismo e as comunidades que o desenvolvem e então argumentou-se sobre as possibilidades desta forma de turismo para as populações amazônicas, em especial as caboclas e ribeirinhas. Ao final detalhou-se as formas de organização local das comunidades da Reserva Amanã para construir seu próprio formato de turismo.

2 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo moderno em contato com a natureza tem uma forte relação com as áreas protegidas, desde a criação dos primeiros parques nacionais nos Estados Unidos e no mundo (MCCORMICK, 1992). Da mesma forma, existe uma relação entre as áreas protegidas e as populações locais, que por vezes pode apresentar diversos conflitos (ARRUDA, 1999; IRVING, 2010), mas que também pode oferecer oportunidades, por meio do desenvolvimento do turismo com a participação das comunidades.

O TBC, como o nome indica, está intimamente ligado às comunidades locais onde o turismo se desenvolve e almeja conferir um caráter mais sustentável à atividade, com foco nas comunidades receptoras em termos de planejamento e gestão, podendo representar a chance de avançarem em direção a uma maior autodeterminação política (SALAZAR, 2012). É uma forma de turismo que favorece prestadores de serviços e fornecedores locais e tem foco na cultura e no ambiente local (STRYDOM; MANGOPE; HENAMA, 2019).

Sansolo e Bursztyn (2009) acreditam que o TBC não deve ser considerado como mais um segmento de mercado, mas como a possibilidade de um novo paradigma para o turismo. A condição para esta forma de turismo é o ‘encontro’ entre identidades,

no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua (IRVING, 2009), onde o encontro com o 'outro' é central, na experiência de contato cultural (SALAZAR, 2012). Para Maldonado (2009, p. 31) "a característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica". Assim, o TBC não deve ser reduzido a uma análise que considere apenas os benefícios econômicos como metas a serem alcançadas (COELHO, 2013), pois assenta-se nos princípios da economia solidária (BURGOS; MERTENS, 2015).

O processo de organização para o turismo comunitário afirma-se como uma forma de defesa e de reação ao turismo invasor de comunidades (CORIOLANO, 2009), favorecendo a coesão e o sentido coletivo de vida em sociedade, promovendo a qualidade de vida e o sentimento de pertencimento (IRVING, 2009). Este formato de turismo contribui para a sobrevivência social e econômica das comunidades marginalizadas nos países em desenvolvimento e a preservação dos recursos naturais nas áreas atingidas (STRYDOM; MANGOPE; HENAMA, 2018).

Ademais, o TBC potencializa modos de vida tradicionais, bem como os arranjos socioprodutivos e políticos de base comunitária (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009). Questões como o protagonismo local (BOTELHO; RODRIGUES, 2016), o apoio à conservação da natureza (KISS, 2004), a valorização das tradições culturais (LIMA; D'HAUTESERRE, 2011) e a relação com as lutas sociais (MENDONÇA; IRVING, 2004) permeiam os estudos sobre esta forma de turismo. Okazaki (2008) discute diversas questões relacionadas às formas de participação local e a redistribuição de poder, além de parcerias e da colaboração entre os membros das comunidades.

No entanto, ainda que o discurso sobre o TBC apresente inúmeros valores positivos, como reação às formas predatórias de turismo, há importantes críticas ao modelo, ou à forma de conduzir na prática o que é teoricamente definido. Blackstock (2005) explica que a comunidade é cooptada a apoiar o turismo por meio de uma ilusão de compartilhamento de poder, mas não tem o poder de rejeitar a atividade como uma opção ao seu desenvolvimento. A autora argumenta ainda que existem desigualdades estruturais dentro das comunidades que influenciam os processos locais de tomada de decisão (BLACKSTOCK, 2005).

A chegada de atores externos e a falta de agência das instituições políticas locais sobre o desenvolvimento do turismo são desafios contínuos no âmbito do TBC (LAPOINTE, 2020). Muitos projetos de turismo comunitário envolvem pouca mudança nas práticas locais de uso de recursos, fornecem apenas um modesto complemento aos meios de subsistência locais e permanecem dependentes de apoio e financiamento externos (KISS, 2004). Dessa forma, o controle do turismo comunitário por organizações externas pode ser considerado uma forma de neocolonialismo (MANYARA; JONES; BOTTERILL, 2006).

Com virtudes e limitações, o TBC vem se apresentando como opção de desenvolvimento para pequenas comunidades, visto que proporciona a ampliação das práticas cotidianas e representa uma nova multifuncionalidade dos espaços rurais (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Os projetos de turismo devem ser construídos de forma participativa dentro da própria comunidade, não sendo algo pré-definido e imposto

para que ela apenas cumpra as tarefas que lhe forem determinadas (NITSCHE, 2013). A indústria do turismo está dominando cada vez mais comunidades no mundo, e assim tornou-se essencial uma abordagem crítica e emancipatória (BLACKSTOCK, 2005).

Do ponto de vista do visitante, o TBC tem uma grande influência sobre quem escolhe fazê-lo, pois a experiência serve como meio de interagir com culturas distintas e possibilita ao turista uma maneira diferenciada de absorver os costumes locais (GODINHO; LANÇA, 2018). Daí a necessidade de conhecer os espaços vividos, enfatizando a história da comunidade e valorizando sua relação com o lugar (NITSCHE, 2013). Como tem se demonstrado em anos recentes, a floresta amazônica e suas populações tradicionais despontam com grande relevância para esta forma de turismo.

3 A AMAZÔNIA E AS POSSIBILIDADES PARA O TBC

A Amazônia figura como um desses espaços onde a natureza preservada oferece enorme apelo aos interesses turísticos, ao mesmo tempo em que as populações locais se destacam como importantes interlocutores para o verdadeiro conhecimento do ambiente. Historicamente esta atração é muito forte, e “desde a abertura do Brasil para os visitantes estrangeiros, a Amazônia representou o destino mais fascinante” (CARNEIRO, 2001, p. 244).

Existe uma parcela sempre crescente de turistas que deseja “descobrir a Amazônia de uma maneira mais profunda, vivendo ‘como um nativo’” e fazer das suas férias uma experiência mais autêntica, a fim de “descobrir a realidade e o cotidiano dos habitantes da região e ficar mais próximas da natureza” (AUBRETON, 2004, p. 369). Nesse sentido, o turismo de base comunitária surge como uma importante forma de associar a visita com conservação da natureza e valorização dos modos de vida amazônicos.

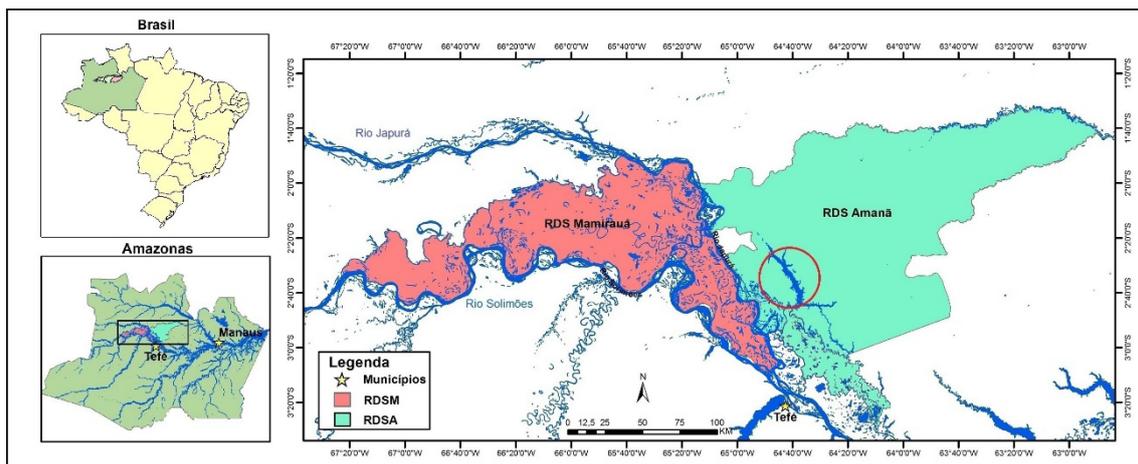
Diversas categorias sociais dos povos ditos tradicionais – indígenas, caboclos, quilombolas, entre outros – possuem formas peculiares de organização social, cultural, econômica e política, pois conservam e reproduzem uma lógica particular de uso e manejo do ambiente (CHAVES; BARROSO; LIRA, 2009). A floresta é parte indissociável da dinâmica de vida dessas populações, que passam a ter seus modos de vida valorizados pelos interesses turísticos e conseguem então aliar conservação da natureza e da cultura com desenvolvimento socioeconômico.

É o que acontece na região central da Amazônia brasileira, onde o modelo de Reserva de Desenvolvimento Sustentável surgiu como tentativa de conciliar a presença das populações tradicionais com a proteção de relevante biodiversidade, quando, em 1996, foi criada a RDS Mamirauá (QUEIROZ, 2005). O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) dá suporte técnico aos trabalhos de manejo e de conservação e realiza pesquisas científicas na região. Anos mais tarde, como uma estratégia de geração de renda para as comunidades locais, foi introduzido o ecoturismo como nova atividade econômica, através da implementação da Pousada Uacari (QUEIROZ; PERALTA, 2006).

Seguindo o modelo de Mamirauá, a RDS Amanã (FIGURA 1) foi criada por decreto estadual (AMAZONAS, 1998) para proteger mais de 2 milhões de hectares de várzeas e terras firmes entre as bacias dos rios Solimões e Negro. Em uma área próxima ao rio Japurá, a região do Lago Amanã apresenta grande potencial para turismo de natureza, cultural, rural e comunitário (COELHO, 2012; 2013) e as comunidades locais vêm se organizando para elaborar suas próprias formas de conduzir os processos.

Com 42 quilômetros de extensão e cercado por terra firme e por igapós, o Amanã é um enorme lago de água preta, alimentado por uma dezena de igarapés e povoado por diversas comunidades ribeirinhas e sítios isolados que se distribuem pelas terras mais altas das beiras dos cursos d'água. No período da cheia, a floresta alagada dos igapós proporciona experiências singulares, possibilitando passeios em canoas por entre as copas das árvores e favorecendo a observação da fauna, enquanto na seca surgem praias e até o acesso ao lago fica mais difícil devido ao baixo nível das águas.

FIGURA 1 – RESERVAS MAMIRAUÁ E AMANÃ, EM DESTAQUE O LAGO AMANÃ.



FONTE: IDSM (s.d.)

Habitam a RDS Amanã, segundo dados do plano de gestão (SEMA, 2019), aproximadamente 4.300 pessoas, espalhadas por 107 comunidades. Ribeirinhos, caboclos, indígenas, comunitários e arigós (nordestinos de migração recente), são algumas das principais formas de designação dessas populações, usadas por elas como autodenominação ou para definir seus vizinhos.

O histórico de ocupação da área remete há mais de três mil anos, segundo análises de materiais cerâmicos coletados nos sítios arqueológicos das atuais comunidades do Lago Amanã (COSTA, 2012). Paul Marcoy (2006, p. 120), em suas viagens pela região no século XIX, relatou que “a conquista portuguesa havia passado por cima” dos povos do rio Japurá “como uma praga”. As políticas coloniais induziram à criação de uma classe amazônica subalterna, associada ao caboclo (LIMA, 1999).

Lima afirma que “o caboclo” é a imagem desse “amazônida típico”, agrupado como uma “categoria social específica”, que é “essencialmente rural e ribeirinha”,

e que o distinguem de “uma existência branca e urbana” (1999, p. 12-13). Diversos costumes de origem ameríndia ainda são conservados por essas populações rurais da Amazônia (WAGLEY, 1988). E se por um lado o caboclo é aquele que está nas “fronteiras da modernidade”, por outro, é exaltado nos atuais discursos em defesa da Amazônia como “o guardião da floresta” (RODRIGUES, 2006, p. 123-125).

Lima (1999) completa que a categoria social ‘caboclo’ é heterogênea e definida por atributos econômicos, políticos e culturais, referentes aos produtores familiares da Amazônia que sobrevivem da exploração dos recursos da floresta e cujos principais atributos culturais são o conhecimento da floresta, os hábitos alimentares e os padrões de moradia. Já o termo ‘ribeirinho’ diz respeito principalmente ao modo de ocupação do território, às margens de rios e lagos de várzeas e terras firmes, onde são formadas as comunidades (CHAVES *et al.*, 2009).

Os ribeirinhos formulam práticas para superar as descontinuidades de acesso aos recursos naturais, engajando-se na construção de formas de combate às ações predatórias (NEVES, 2005). A modalidade de organização social dos ribeirinhos é distinta da lógica da sociedade capitalista e seu principal objetivo sociopolítico é a busca por atendimento a seus direitos e necessidades básicas (CHAVES *et al.*, 2009). De maneira genérica, caboclos e ribeirinhos – além dos povos indígenas – habitam as comunidades rurais da Amazônia brasileira e retiram seu sustento das atividades agroextrativistas e pesqueiras.

No que se refere à Amazônia Central, Alencar (2009) situa o atual processo de ocupação da região, destacando a economia centrada no extrativismo e a existência de um intenso movimento migratório. Segundo a autora, foi no contexto de expansão da indústria da borracha que se deu a recente ocupação humana de Amanã, e a partir do declínio dessa atividade teve início a formação das comunidades (ALENCAR, 1999).

Localmente, o termo comunidade transmite a noção de identidade mais intrínseca ao habitante da zona rural, conferindo direitos comuns de residência e uso dos recursos relacionados ao território (LIMA, 1999). Por meio da formação das comunidades, os moradores foram estimulados a se organizarem politicamente e a realizarem o manejo de recursos naturais, desenvolvendo atividades econômicas com menor dependência destes (ALENCAR, 2009). Mais recentemente, o turismo vem se apresentando como uma dessas novas propostas.

Contudo, no que concerne à introdução de novas atividades, embora os interesses possam parecer comuns a todos os membros da comunidade, é necessário desvendar as relações de poder internas e as pressões externas que incidem no âmbito local (CHAVES *et al.*, 2009). Blackstock (2005) afirma que a literatura sobre TBC tende a tratar a comunidade anfitriã como um bloco homogêneo, desprovido de disputas internas ou valores concorrentes. Por isso os trabalhos de planejamento devem considerar as especificidades locais, os conflitos, o tempo dos moradores e suas formas de organização comunitária, que envolve uma série de atividades cotidianas, ditadas pelo ritmo da floresta.

O sobe e desce das águas e as mudanças do ambiente decorrentes desta alternância, são aspectos fundamentais da dinâmica de vida dos habitantes das comunidades rurais na Amazônia. Enquanto a seca representa abundância de peixes e o momento de derrubar as capoeiras e preparar a terra para receber os plantios, a cheia oferece maiores dificuldades para obtenção do pescado e sinaliza o período de colher e transformar a mandioca em farinha. Os conhecimentos sobre o ambiente são condição indispensável para a sobrevivência e comprovam a riqueza cultural das diversas populações amazônicas.

Ao mesmo tempo, regras de manejo e conservação são colocadas pelos órgãos competentes e determinadas em instâncias de governança local. As atividades econômicas, entre elas o turismo, devem seguir os parâmetros definidos pelas diversas esferas de tomada de decisão, desde a legislação ambiental até as decisões de conselhos deliberativos e assembleias de comunidades. Vale salientar que, frequentemente, os espaços decisórios respeitam ritos, costumes e acordos particulares a cada grupo, sendo importantes definições acordadas durante a pescaria, o plantio da roça ou em conversas na beira do campo de futebol. É neste contexto de área protegida, modos de vida amazônicos, saberes tradicionais e comunidades locais que se inserem as ideias e propostas de turismo que vêm sendo trabalhadas pelos moradores do Lago Amanã.

4 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA DO TURISMO NA RDS AMANÃ.

O histórico do turismo comunitário na região do médio Solimões remete à criação da Pousada Uacari, na RDS Mamirauá, onde o IDSM atuou desde sua implementação e o empreendimento “se configurava como verdadeira vitrine da proposta do Instituto Mamirauá” (PERALTA; VIEIRA; OZORIO, 2016, p. 21), fornecendo suporte às ações de marketing da Reserva e do IDSM e auxiliando na captação de fundos (PERALTA, 2016). Como as ações não foram inicialmente conduzidas pelos moradores, Peralta, Vieira e Ozorio (2015) relatam diversos desafios para a transferência da gestão do empreendimento para as comunidades locais.

Em certo grau espelhando-se no que acontecia na Reserva Mamirauá, o processo de atuação junto às comunidades da RDS Amanã também foi iniciado pelo IDSM, quando, a partir de 2007, o contato com as comunidades visava identificar o interesse para o turismo. Posteriormente foram realizadas pesquisas de levantamento de potencialidades (OZORIO, 2009) e viabilidade do TBC (COELHO, 2012). Desde então, as comunidades conduzem os processos de organização, com apoio de parceiros e órgãos que atuam na região.

A temática do turismo foi, portanto, introduzida por técnicos e pesquisadores, que, em 2007, realizaram reuniões com os moradores das comunidades do lago para apresentar as possibilidades de implementação de um projeto de turismo e identificar os interesses locais para tal. Assim, foram selecionadas nove comunidades onde seria conduzido o trabalho de inventário turístico, em um levantamento que

aconteceu entre 2008 e 2009 (OZORIO, 2009). Nesse último ano também ocorreu um intercâmbio para que moradores de Amanã conhecessem a experiência da Pousada Uacari, na vizinha Mamirauá.

Entre 2010 e 2012 os trabalhos se voltaram para a pesquisa sobre a viabilidade social, ambiental e econômica do TBC na RDS Amanã (COELHO, 2012). Buscou-se compreender as diferentes realidades locais, acompanhar as atividades cotidianas dos moradores e, junto a eles, vislumbrar as possibilidades de inserção do turismo. Os espaços comunitários eram aproveitados para privilegiar a troca de saberes, bem como favorecer os debates sobre os interesses e receios despertados pela perspectiva de uma nova atividade em seus territórios.

À época, dois jovens estudantes de iniciação científica do lago Amanã apoiaram na execução da pesquisa (COELHO *et al.*, 2012), ao realizarem entrevistas com 49 moradores de três comunidades. Dentre os entrevistados, 71% desejavam se envolver com os trabalhos do turismo, enquanto apenas 22% entendiam já existir alguma organização local para desenvolver a atividade. Muitos vislumbravam aspectos positivos, como melhores oportunidades de trabalho e renda, bem como a possibilidade de acesso a conhecimento, ao passo que outros temiam que o turismo pudesse trazer restrições aos usos dos recursos da floresta. Se por um lado viam a oportunidade de um trabalho mais leve que o da roça, também reconheciam a necessidade de não abandonar as atividades tradicionais para se dedicarem exclusivamente ao turismo.

Neste período também foram organizadas em conjunto com os moradores diversas viagens experimentais, quando turistas eram levados para visitar as comunidades. Essas viagens serviam para analisar as opiniões dos envolvidos, as opções logísticas, os custos com operação, implantação e manutenção, mas principalmente para que os moradores aprendessem na prática sobre possíveis efeitos do turismo, para que assim decidissem se realmente queriam estimulá-lo e em qual formato. Ao todo, até 2012, 16 viagens foram acompanhadas de alguma forma, seja com apoio no planejamento, na operação ou realizando entrevistas com os envolvidos. Os visitantes demonstraram uma diversidade de interesses, como a observação de aves, a participação em atividades tradicionais, a visita a sítios arqueológicos ou o acompanhamento dos trabalhos de conservação com espécies ameaçadas (COELHO; GONTIJO, 2021).

Com a experiência obtida recebendo visitantes, os moradores foram se empoderando das ações de planejamento e passaram a formular melhor suas ideias para um, ou vários, formatos de turismo comunitário a serem implementados. Diversas propostas surgiam e eram debatidas entre eles, como casas para hospedagem nas próprias comunidades, acampamentos tradicionais (tapiri) no alto dos igarapés, flutuantes para banho no lago, barcos para o transporte até a cidade e para incursões com pernoite nos igarapés, entre uma série de opções logísticas e de lazer.

A prática adquirida pelos moradores os levou a almejar um formato de turismo de experiência (PEZZI; VIANNA, 2015) ou vivencial (REYES, 2011). Segundo Pezzi e Vianna (2015) o turismo de experiência pode propiciar aos visitantes a vivência de

acontecimentos únicos e marcantes, envolvidos com o cotidiano das comunidades. Os moradores perceberam as virtudes de sua cultura ao receberem visitantes interessados em conhecer e compartilhar os modos de vida: viajar em barcos, dormir em redes, ajudar no preparo dos alimentos – desde a pescaria até a coleta de frutos e torragem da farinha – participar do futebol ou tomar banho no jirau na beira do rio.

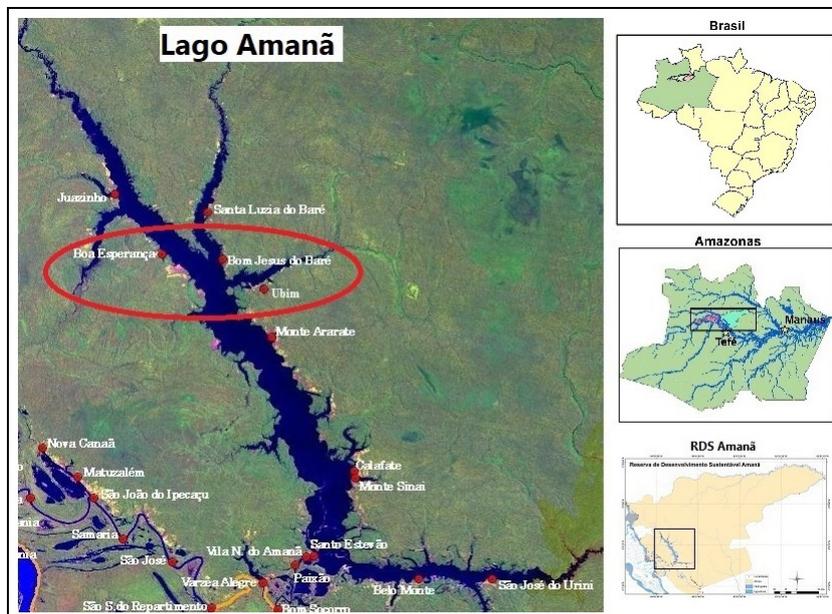
Em uma ocasião, enquanto conduzia um grupo de visitantes, um morador de um sítio isolado mais parecia um professor levando os alunos para aprender sobre os trabalhos na roça, as técnicas de pesca, a forma de colher o mel de abelhas nativas, a maneira de remar pela floresta alagada ou como reconhecer os sons e vestígios dos animais pela mata. Daí os moradores formularam a ideia de uma espécie de ‘curso de vida amazônica’, para oferecer vivências de real aprendizado para visitantes interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre a Amazônia.

A experiência turística poderia então ir além de um contato superficial com a floresta e as comunidades, para propiciar aos visitantes a chance de compreender como é necessário de fato deter os conhecimentos sobre o ambiente, para poder habitá-lo. Nesse sentido, comparando com o formato da Pousada Uacari, uma liderança do Lago Amanã disse que “o turismo de Mamirauá é muito diferente do que a gente quer *pro* Amanã. A gente quer de uma maneira que seja um turismo mais voltado para as comunidades” (P. C., 42 anos *apud* COELHO, 2012), confirmando o desejo dos moradores por conceber e conduzir um modelo de turismo vivencial ou de experiência, que valorize o encontro entre visitantes e anfitriões.

Assim, ao receberem turistas em suas comunidades e dentro de suas casas, os moradores começaram a identificar algumas melhorias necessárias, inclusive para eles próprios. Dispor de poço artesiano para o consumo de água, confinar ou retirar os animais de criação das áreas comuns, zelar pela limpeza da comunidade ou construir banheiros dentro das casas, foram algumas questões que os moradores pontuaram como necessárias para que pudessem receber visitantes de forma sistemática.

Dando sequência aos trabalhos de ordenamento do turismo, em 2014, lideranças de três comunidades assumiram o processo de organização da atividade e criaram o Grupo de Turismo do Amanã, que passou a realizar reuniões periódicas, definir estratégias de ação e planejar formas de captar e investir recursos. Moradores de Bom Jesus do Baré, Ubim e Boa Esperança, todas localizadas na área das cabeceiras do Lago Amanã (FIGURA 2), despontaram como as lideranças no processo de implementação do turismo.

FIGURA 2 – REGIÃO DO LAGO AMANÃ, EM DESTAQUE AS TRÊS COMUNIDADES QUE LIDERAM O PLANEJAMENTO DO TURISMO.



FONTE: IDSM (s.d.), elaborado pelos autores.

A partir daquele ano, as comunidades passaram a atender a demanda espontânea de visitantes, conduzindo de forma autônoma o receptivo turístico, fazendo uso das estruturas locais e privilegiando a relação direta com os moradores (FIGURAS 3 a 6).

FIGURAS 3 a 6 – LAGO AMANÃ; COMUNIDADE BOA ESPERANÇA; TORRAGEM DA FARINHA (BOM JESUS DO BARÉ); QUEBRADORES DE CASTANHA (UBIM).



FONTE: EduCoelho (2012)

Entre 2014 e 2020 outras nove viagens foram organizadas e operacionalizadas pelos moradores, que acumularam ainda mais experiência na gestão do turismo. Ocorreram diversos formatos de viagens, que contaram com turistas brasileiros e estrangeiros, com as três comunidades atuando em conjunto ou cada uma separadamente, com foco em vivências cotidianas ou na observação de aves. As experiências proporcionaram possibilidades ainda mais amplas de organização local, com distintas propostas sendo trabalhadas pelos comunitários.

Com isso, algumas questões logísticas passaram a ser fundamentais para a definição do formato da atividade. O Lago Amanã localiza-se a aproximados 140 km de Tefé (onde há aeroporto), em um deslocamento que pode chegar a mais de 12 horas de barco ou canoa, ou 3 horas de voadeira, a depender do nível da água dos rios e da potência do motor. As três comunidades estão a uma distância de 20 a 30 minutos em canoa entre si. Cada uma faz uso de um igarapé para o acesso aos principais recursos da floresta, de modo que os territórios são muito bem demarcados e seus usos controlados por regras locais. Portanto, é necessário que a sequência dos trabalhos vise definir com maiores detalhes, como as comunidades irão se organizar para a atividade, em vistas de formatar um modelo específico de turismo.

Além da complexidade do processo de planejamento, negociações e tomadas de decisões, ao longo do percurso também ficou evidenciada a fragilidade do movimento de construção comunitária para o turismo. Questões alheias ao turismo, mas de grande relevância para a vida dos moradores podem alterar significativamente o transcurso das ações. O surgimento de algum novo conflito entre as comunidades, a mudança de importantes lideranças para áreas urbanas, ou, como infelizmente também foi o caso, o falecimento de pessoas que apoiavam enormemente os trabalhos do turismo, pode desarticular quase por completo o delicado e embrionário modelo construído pelos moradores.

No atual momento [2022], após oscilar períodos de maior engajamento e de grande desarticulação, lideranças comunitárias seguem construindo estratégias para a consolidação de uma iniciativa de turismo. Como elemento inesperado, o grave fator externo da pandemia de Covid-19, paralisou integralmente as ações relativas ao turismo na região e é mais uma evidência dos desafios enfrentados por comunidades que desejam desenvolver com autonomia um modelo de turismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho descrever o processo de organização para o turismo inserido em um contexto específico. A Amazônia rural e ribeirinha possui uma característica peculiar, em que o tempo do rio deve ser respeitado. O sobe e desce das águas dita as decisões cotidianas de seus moradores, ribeirinhos, caboclos ou indígenas. O peixe e a farinha são elementos essenciais, sendo que a pesca e a roça fazem parte dos trabalhos primordiais dos comunitários. Os extrativismos da floresta completam as práticas cotidianas relacionadas à subsistência. Qualquer nova

atividade econômica deve respeitar o tempo e a organização do trabalho daqueles que irão se dedicar a ela como verdadeiros protagonistas.

No caso do turismo de base comunitária, o tempo para a organização local e o planejamento, para as negociações e definições claras de estratégias, é fundamental. A multiplicidade de interesses e propostas que cada morador e cada comunidade possui ou constrói, demonstra o intrincado processo de estruturação de uma iniciativa que seja de fato conduzida desde o início pelos moradores. E as instâncias de tomada de decisão são específicas a cada grupo e respeitam uma série de regras e acordos locais, atrelados aos vários níveis de governança e sujeitos à legislação vigente.

Alguns dos principais desafios para a organização do turismo comunitário estão relacionados à dificuldade em gerir os processos de negociação entre diferentes atores locais, que já estão envolvidos em uma pluralidade de tarefas e atividades. As dificuldades logísticas para a organização local se refletem também nos desafios logísticos para a implementação e operacionalização da atividade, que exige esforço e dedicação e demanda um aporte financeiro do qual os moradores não dispõem.

Para a sequência do planejamento na Reserva Amanã, algumas definições são fundamentais. As comunidades precisam decidir como irão implementar o sistema de hospedagem, qual tipo de embarcações utilizarão para traslado e deslocamentos internos, quais atividades irão oferecer, como serão definidas as regras para a visitação nas áreas de cada comunidade e como buscarão recursos para iniciar os investimentos. Essas e outras importantes decisões incidem diretamente sobre os custos de implementação e operação da atividade, bem como no perfil do público disposto a visitar a Reserva.

Quanto às estratégias para a consolidação da iniciativa, é imprescindível que os atores locais se associem em prol de um interesse comum e busquem a formação de parcerias, principalmente com outros grupos locais. No próprio lago há um grupo de pescadores de pirarucu, que pode ser parceiro no fornecimento de peixe manejado, além de receber os visitantes durante o período da pesca. Uma associação de produtores rurais da Boa Esperança opera uma usina despoldadeira que pode fornecer polpas de frutas nativas para consumo dos turistas, assim como os grupos de mulheres artesãs podem ser parceiros, visando o uso e a venda de artesanato local. A própria Pousada Uacari, bem como outras iniciativas comunitárias de turismo na Reserva Mamirauá podem ser importantes aliados para a comercialização e na formatação de roteiros que contemplem as duas áreas protegidas.

Assim, as possibilidades que a atividade pode oferecer para os povos ribeirinhos da Amazônia rural, estão intimamente relacionadas à valorização da cultura amazônica, seja ela indígena, cabocla ou quilombola. Os modos de vida amazônicos, associados ao profundo conhecimento da floresta, são de fato a maior riqueza a ser descoberta e vivenciada pelos visitantes.

Para que possam determinar melhor o modelo de turismo a ser trabalhado, parece ser necessário que os moradores definam, mesmo que genericamente, qual público-alvo pretendem atingir. Se buscam turistas mais dispostos a se colocarem

em uma imersão de vida amazônica, mesmo que para isso tenham que renunciar a alguns hábitos e confortos, ou se admitem realizar maiores adaptações aos seus próprios modos de viver e receber, para propiciar maior conforto a um público mais exigente e disposto a pagar mais caro por serviços e produtos mais especializados.

A logística amazônica é complexa e o tempo de que os visitantes dispõem, nem sempre os permite apreciar com tranquilidade e atenção as nuances da vida ribeirinha. Mas, como alerta Irving (2009, p. 111), “o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo”. E para isso, o tempo e os valores dos ‘comunitários’, ‘caboclos’, ‘ribeirinhos’ e ‘guardiões da floresta’ devem ser respeitados. No caso do Lago Amanã, as possibilidades continuam em aberto, para que os moradores escolham os caminhos por onde desejam seguir.

Esta pretende ser apenas uma interpretação – baseada em anos de convivência – sobre a forma como os moradores de uma área protegida amazônica vêm conduzindo os processos. Mesmo com limitações, procurou-se conciliar vivências práticas a questões teóricas para apresentar um caso de comunidades que buscam construir sua autodeterminação para o turismo. O acompanhamento continuado do processo por meio de futuras investigações, seguirá demonstrando êxitos e fracassos, bem como os desafios enfrentados pelas comunidades que aventuram construir, de forma autônoma, um modelo de turismo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. O tempo dos padrões “brabos”: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. **Amazônica**, Belém, v. 1, n. 1, p. 178-199, 2009.

ALMEIDA, F.; CASTRO, J. Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.66-81, 2017.

AMAZONAS. Decreto nº 19.021, de 04 de agosto de 1998. Cria a Unidade de Conservação denominada Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, RDS Amanã, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Poder Executivo, Manaus, 6 ago. 1998. v.104, n. 28978.

ARAÚJO, G.; GELBCKE, D. Turismo Comunitário: Uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista Turismo Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 10, n. 3, p. 357-378, 2008.

ARRUDA, R. Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 79-92, 1999.

AUBRETON, T. Turismo fluvial: um trunfo a explorar na Amazônia Brasileira. In: PEREIRA, N. (Org.). **Ecoturismo: práticas para turismo sustentável**. Manaus: Editora Vale/UniNorte, 2004, p. 357-386.

BLACKSTOCK, K. A critical look at community-based tourism. **Community Development Journal**, Oxford (UK), v. 40, n. 1, p. 39-49, 2005.

BOTELHO, E.; RODRIGUES, C. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 280-295, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, 8 fev. 2007.

BRASIL. **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de jul. 2000.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, El Sauzal, v. 13, n. 1., p. 57-70, 2015.

CARNEIRO, H. S. O múltiplo imaginário das Viagens modernas: ciência, Literatura e turismo. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 35, n. 2, p. 227-247, 2001.

CARR, A.; RUHANEN, L.; WHITFORD, M. Indigenous peoples and tourism: the challenges and opportunities for sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 24, n. 8-9, p. 1067-1079, 2016.

CHAVES, M. P. S.; BARROSO, S. C.; LIRA, T. M. Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 111-122, 2009.

COELHO, E. A. **Viabilidade do Turismo de Base Comunitária na RDS Amanã**. Tefé: IDSM, 2012. Relatório técnico.

COELHO, E. A.; NETO, A. T.; ARAÚJO, W. P.; COBRA, L. V. A opinião dos moradores do Lago Amanã sobre o turismo de base comunitária. **Livro de Resumos – Seminário Anual de Pesquisa**, n. 9, Tefé: IDSM/CNPq, 2012.

COELHO, E. A. Refletindo sobre turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 313-326, jan./abr. 2013.

COELHO, E. A.; GONTIJO, B. M. Viagens ao Amanã: experiências, relatos e propostas para o turismo de base comunitária na Amazônia. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 472-496, 2021.

CORIOLOANO, L. N. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In.: BARTHOLLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 277-288.

COSTA, B. **Levantamento Arqueológico na RDS Amanã – Estado do Amazonas**. 159 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, 2016.

GODINHO, L.; LANÇA, V. Turismo de base comunitária: uma possibilidade no Morro do Vidigal (Rio de Janeiro, Brasil)? **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 44-68, 2018.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (IDSM). **Banco de Imagens / Mapas**. SIG, Tefé, s.d.

IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

IRVING, M. Áreas protegidas e inclusão social uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, p. 122-147, 2010.

KISS, A. Is community-based ecotourism a good use of biodiversity conservation funds? **TRENDS in Ecology and Evolution**, v. 19, n. 5, p. 232-237, 2004.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3ª ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LAPOINTE, D. Reconnecting tourism after COVID-19: the paradox of alterity in tourism areas, **Tourism Geographies**, v. 22, n. 3, p. 1-6, 2020.

LIMA, D. M. A construção histórica do termo caboclo – sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 5-32, 1999.

LIMA, I.; D’HAUTESERRE, A. Ecotourism, social and human capitals, and identity valorization: the communities of Tapajós (PA), Brazil. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 250-273, 2011.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 45-54.

MANYARA, G.; JONES, E.; BOTTERILL, D. Tourism and poverty alleviation: the case for indigenous enterprise development in Kenya. **Tourism, Culture & Communication**, v. 7, p. 19-37, 2006.

MARCOY, P. **Viagem pelo rio Amazonas**. Manaus: Editora da UFAM, 2006.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1992.

MENDONÇA T. C.; IRVING, M. A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 12-22, 2004.

NEVES, D. Os agricultores de várzea no médio rio Solimões: condições sócio-ambientais de vida. In: LIMA, D. (org.) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama / ProVárzea, 2005, p. 101-156.

NITSCHKE, L. B. Por um turismo para as comunidades locais. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 713-717, 2013.

OKAZAKI, E. A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 5, p. 511-529, 2008.

OZORIO, R. **Inventário da oferta turística potencial da RDS Amanã**. Tefé: IDSM, 2009. Relatório técnico.

PERALTA, N. Ecoturismo como incentivo à conservação da biodiversidade: o caso da Pousada Uacari. In: OZORIO, R. Z.; PERALTA, N.; VIEIRA, F. S. (Org.). **Lições e reflexões sobre o turismo de base comunitária na Reserva Mamirauá**. Tefé: IDSM, 2016, p. 168-186.

PERALTA, N.; VIEIRA, F. S.; OZORIO, R. Z. Gestão participativa da Pousada Uacari: um processo em construção. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.115-133, 2015.

PERALTA, N.; VIEIRA, F.; OZORIO, R. Histórico do programa de turismo de base comunitária e da Pousada Uacari. In: OZORIO, R. Z.; PERALTA, N.; VIEIRA, F. S. (Org.). **Lições e reflexões sobre o turismo de base comunitária na Reserva Mamirauá**. Tefé: IDSM, 2016, p. 14-31.

PEZZI, E.; VIANNA, S. A Experiência Turística e o Turismo de Experiência: um estudo sobre as dimensões da experiência memorável. **Turismo em Análise**, v. 26, n.1, p. 165-187, 2015.

QUEIROZ, H. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 183-203, 2005.

QUEIROZ, H.; PERALTA, N. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Manejo Integrado dos Recursos Naturais e Gestão Participativa. In: GARAY, I.; BECKER, B. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, p. 447-476.

REYES, F. Identidad territorial y el turismo vivencial: Caso departamento de Ancash. **Investigaciones Sociales**, Lima, v. 15, n. 27, p.105-119, 2011.

RODRIGUES, C. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n. 1, p. 119-130, jun. 2006.

SALAZAR, N. Community-based cultural tourism: issues, threats and opportunities. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 20, n. 1, p. 9–22, 2012.

SAMPAIO, C.; CORIOLANO; L. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 4-24, 2009.

SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 142-161.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (SEMA). Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Tefé: SEMA, 2019. Série Técnica Planos de Gestão.

STRYDOM, A.; MANGOPE, D.; HENAMA, U. Lessons learned from Successful Community-Based Tourism Case Studies from the Global South. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 7, n. 5, p. 1-13, 2018.

STRYDOM, A.; MANGOPE, D.; HENAMA, U. A critique of the interface between tourism, sustainable development and sustainable tourism in community-based tourism theory. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 8, n. 5, p. 1-12, 2019.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.

Recebido em: 28-02-2021.

Aprovado em: 18-02-2022.

TS

